COLORISMO

FEMINISMOS
PLURAIS
COORDENAÇÃO
DJAMILA RIBEIRO

ALESSANDRA
DEVULSKY

Este livro foi revisado segundo o Novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa.

Direção editorial
Lizandra Magon de Almeida

Coordenação editorial
Camilla Savoia

Produção editorial
Renato Ritto

Projeto gráfico e diagramação
Daniel Mantovani

Preparação de originais
Rayana Faria

Revisão
Rafael Simeão

Foto de capa
Acervo pessoal

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Maria Helena Ferreira Xavier da Silva/ Bibliotecária – CRB-7/5688

Devulsky, Alessandra

N514c Colorismo / Alessandra Devulsky. – São Paulo: Jandaíra, 2021.

208 p. – (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

ISBN 978-65-87113-40-1

1. Racismo. 2. Discriminação Racial. 3. Direitos e garantias individuais. 4. Direitos - Grupos Sociais. I. Título.

CDD 305.8

Pote onde se preserva e amadurece
o que a terra mais tem de terra
Minha negritude não é uma pedra
uma surdez lançada contra o clamor do dia
Minha negritude não é leucoma de água morta
no olho morto da terra
Minha negritude não é nem torre nem catedral
Ela mergulha na carne vermelha do solo
Ela mergulha na carne ardente do céu
Ela rasga a prostração opaca da paciência sensata.

Aimé Césaire

Para a minha vovó Pedrosa Pinho da Silva e meu pai Augusto Mário da Silva, cujos exemplos vivos do que é bom e justo não encontram obstáculos no tempo ou no espaço, tampouco na morte.

Para minha mãe Taise Ponce Devulsky da Silva e minha filha Sophie Devulsky Tisescu, aquelas que são um sopro de amor sobre as feridas e a força que embala de esperanças as velas de um navio que precisa seguir.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

FEMINISMOS
PLURAIS

O objetivo da coleção Feminismos Plurais é trazer para o grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível. Por essa razão, propus a organização – uma vez que sou mestre em Filosofia e feminista – de uma série de livros imprescindíveis quando pensamos em produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados: esses grupos como sujeitos políticos.

Escolhemos começar com o feminismo negro para explicitar os principais conceitos e definitivamente romper com a ideia de que não se está discutindo projetos. Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar, como diz Angela Davis, em "As mulheres negras na construção de uma nova utopia", "primazia de uma opressão em relação a outras". Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências.

Entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder, um dos objetivos da coleção é o compromisso com uma linguagem didática, atenta a um léxico que dê conta de pensar nossas produções e articulações políticas, de modo que seja acessível, como nos ensinam muitas feministas negras. Isso de forma alguma é ser palatável, pois as produções de feministas negras unem uma preocupação que vincula a sofisticação intelectual com a prática política.

Alessandra Devulsky, neste livro, trata de um tema premente para entendermos a construção da sociedade brasileira e a dinâmica das suas relações. No decorrer do livro, a autora aborda desde os aspectos

internos do colorismo, sua introjeção, até seu caráter estrutural, tão presente em nossa sociedade quanto o racismo. Não fica de lado, também, uma análise do colorismo a partir do feminismo negro, a fim de investigar sua repercussão tanto no aspecto afetivo quanto político de formação das mulheres negras.

Com vendas a um preço acessível, nosso objetivo é contribuir para a disseminação dessas produções. Para além desse título, abordamos também temas como encarceramento, racismo estrutural, branquitude, lesbiandades, mulheres indígenas e caribenhas, transexualidade, afetividade, interseccionalidade, empoderamento, masculinidades. É importante pontuar que essa coleção é organizada e escrita por mulheres negras e indígenas, e homens negros de regiões diversas do país, mostrando a importância de pautarmos como sujeitos as questões que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante e não sermos tão somente capítulos em compêndios que ainda pensam a questão racial como recorte.

Grada Kilomba em *Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism*, diz:

> Esse livro pode ser concebido como um modo de "tornar-se um sujeito" porque nesses escritos eu procuro trazer à tona a realidade do racismo diário contado por mulheres negras baseado em suas subjetividades e próprias percepções. (KILOMBA, 2012, p. 12)

Sem termos a audácia de nos compararmos com o empreendimento de Kilomba, é o que também pretendemos com essa coleção. Aqui estamos falando "em nosso nome"*.

DJAMILA RIBEIRO

---

*No original: "(...) in our name." HALL, Stuart. Cultural Identity and. Diaspora. In: RUTHERFORD, Jonathan (ed). Identity, community, culture

difference. London: Lawrence and Whishart limited, 1990, p. 222.

INTRODUÇÃO

O estudo do colorismo demanda uma perspectiva interseccional que leve em conta seus aspectos múltiplos, no que tange à sua origem, mas também no que concerne às suas repercussões na sociedade. Partindo de uma abordagem que destaca as circunstâncias materiais imprimidas na maneira pela qual homens negros e mulheres negras sofrem suas consequências, o colorismo surge como um quadro identitário racial e político que plasma os sujeitos em um arquétipo predefinido. A substância dessas existências, tanto negras quanto brancas, resta encerrada em papéis que distribuem, de modo desigual e injusto, habilidades, tendências, características e estéticas que, definidas de fora para dentro, restringem e disciplinam as variadas negritudes existentes no Brasil.

A mestiçagem, de origem violenta, fez parte de um projeto colonial que pretendia diluir a negritude até o ponto em que ela desaparecesse. Não foi o que aconteceu. Graças à resistência indomável dos descendentes dos primeiros africanos que foram trazidos para o país sob a condição da escravidão, criaram-se variadas estratégias de sobrevivência cultural da identidade negra. Os quilombos, as músicas, as danças, as religiosidades, entre tantos outros aspectos da cultura negra que superaram o castigo, o cárcere e mesmo a morte de tantos negros não permitiram que as hierarquizações raciais fossem capazes de obliterar a negritude no Brasil. Contudo, a força coerciva dos códigos culturais e as imposições de políticas públicas de branqueamento fizeram com que o colorismo também fosse adotado dentro das comunidades negras.

No primeiro capítulo deste livro sugerimos um conceito possível de colorismo a partir de uma perspectiva decolonial. Historicizando o percurso da identidade negra, inclusive no modo como ela é construída no continente africano, procura-se identificar na multiplicidade de fenótipos negros africanos um meio de reafirmar a negritude brasileira, mesmo sendo esta constituída por uma forte miscigenação com brancos e indígenas. Se no Brasil é possível

depreender de que maneira a escravidão e o processo colonial foram importantes no emprego de uma noção de hierarquias raciais, aqui também procurou-se compreender como outras experiências similares impactaram a construção identitária de sociedades distintas, mas igualmente sujeitadas ao colonialismo. A partir de análises sobre as sociedades estadunidenses e africanas, em conjunto com a literatura brasileira e latino-americana, cujos referenciais também estão associados a experiências nacionais que foram atravessadas pela colonialidade e pela escravidão, sugerimos algumas acepções gerais sobre o colorismo: ele atinge mulheres e homens de modo distinto, aprofundando a desigualdade entre ambos; é uma construção ligada à ideia de supremacia branca, portanto, não originada nas interações endógenas dos membros da comunidade negra; é empregado por brancos sobre negros e por negros sobre negros.

No segundo capítulo busca-se demonstrar que o reconhecimento de vantagens concedidos a negros de pele clara não faz deles sujeitos pertencentes aos espaços de poder tradicionalmente ocupados por brancos no Brasil. Uma espécie de competição entre negros claros e negros de pele escura foi estimulada pelos proprietários de escravos e, posteriormente, mesmo após a abolição, com a persistência de certas vantagens vivenciadas por negros oriundos da mestiçagem, ela perseverou. Adentrando no seio das famílias, a introjeção do colorismo no modo como negros se relacionam trouxe efeitos deletérios no campo político e afetivo de sujeitos racializados. Repercutindo na estereotipização de negras e negros de maneira distinta, a sexualidade e o trabalho se estabeleceram como espaços únicos existenciais que aprisionam os corpos negros em uma espécie de camisa de força identitária da qual é difícil escapar. Esses arquétipos racializados surgiram, assim, para identificar negras claras e escuras de acordo com o que tradicionalmente se espera de sua existência, mesmo que pouco se identifiquem, ou que não se identifiquem de modo algum com esses estereótipos.

O terceiro capítulo aborda as tensões oriundas da estratificação de negros no mercado de trabalho, sob os limites do capital, pretendendo-se indicar quais são as características atuais do regime de produção que tornam essa hierarquização imperativa. As desigualdades econômicas oriundas do racismo são conhecidas, mas pretende-se apontar que o colorismo também atua como um fator preponderante na seleção e na progressão de carreira de acordo com a maneira como a negritude resta visível. Nessa esteira, o perigo dos amálgamas identitários que são forjados para desagregar a luta antirracista é abordado, a fim de indicar outras leituras da mestiçagem que contribuam para a composição de uma melhor forma de cooperação dentro da diversidade negra brasileira.

No quarto capítulo do livro o feminismo negro é suscitado para explicar a repercussão do colorismo na aspecto afetivo e político da constituição da mulher negra. As assimilações de mulheres negras a certas tarefas naturalizadas, assim como a contrapartida do feminismo branco nas pautas que afetam mais diretamente a população negra, fazem parte da reflexão. Adicionalmente, a relação de colaboração política e de não invisibilização da pauta indígena nas ações e intervenções políticas antirracistas promovidas pela comunidade negra surgem como um ângulo a ser mais atentamente desenvolvido, especialmente em virtude da nossa íntima coexistência decorrente da mestiçagem.

CLAREAR O ESCURO E ESCURECER O CLARO NÃO É UM JOGO DE LUZ

O perfil demográfico brasileiro traçado pelo IBGE indica que 56% da população do país é negra. Um grupo compreendido, portanto, como não brancos, composto por denominações classificadas pelo IBGE como pardos e pretos. Em termos metodológicos, o IBGE traça um elo racial e político entre pretos e pardos, indicando a sua oposição àquilo que se convencionou chamar de branco. Estar em polos opostos em termos raciais significa, historicamente, obter vantagens ou estar submetido a prejuízos, inobstante a adesão ou o repúdio ao sistema hierárquico racial.

O grupo racial chamado de modo geral como negros no Brasil, portanto, inclui também os pardos. Pardos esses que são associados a algum grau de mestiçagem racial, enquanto, por outro lado, não são identificados como brancos por não terem ascendência europeia visível em algum traço físico peculiar. O pendor racial atinente aos pardos aproxima, assim, este grupo dos negros, dos quais fazem parte. No que tange aos prejuízos inerentes ao preconceito racial, o pardo insere-se na estrutura racial que infere da sua identidade negra as características negativas atribuídas à africanidade desde o processo de escravidão. Entretanto, a sua condição mestiça, não pura, também o beneficia em certas circunstâncias.

Como Pap Ndiaye observa, o colorismo tem o condão de opor pessoas da mesma comunidade, umas contra as outras, permitindo que pessoas negras possam se estranhar por conta de suas diferenças. Para o historiador francês de origem franco-senegalesa, essa é uma herança diretamente advinda do mundo colonial e pós-colonial, que ainda dita os padrões sociais. Nessas estruturas, dois primos, ou dois irmãos, podem não se reconhecer como pertencentes ao mesmo grupo racial, o que parece pouco crível de ser admitido se adotarmos os preceitos estritos do colorismo. A condição negra é apreendida desde muito cedo, considerando que "dificilmente é possível astutamente fugir ou esconder sua cor de pele, de destruir os muros compostos de melanina, de escolher sua identidade ao seu alvedrio, segundo o

momento, o local e os outros".[1]

Não se pode ignorar que o jugo racialista conforma homens e mulheres a tentar se encaixar nos moldes brancos existenciais. Consumir vestimentas, estéticas, linguagem e, certamente, autores associados a uma cultura superior, cria a falsa expectativa de adquirir um *laisser-passer* às redes de poder. Instituições, e até o próprio Estado, promoveram durante séculos uma associação sistemática da cultura negra à pobreza, ao incivilizado e ao ínscio, mesmo que o continente africano também seja sinônimo de abundância, de grandes civilizações promovedoras das ciências, indo da política à engenharia, passando pela filosofia e chegando à física.

Por isso os reflexos racistas e as práticas oriundas do colorismo foram incorporadas tão bem na construção dos nossos apreços e gostos, e não poderiam deixar de estar presentes também no seio da comunidade negra. Desaprender o racismo passa pela compreensão do que de fato é a história africana e a história da diáspora, das causas do tráfico negreiro e dos seus elos com aqueles que ontem e hoje se beneficiam da clivagem racial. O colorismo, portanto, tem como causa a maneira pela qual compreendemos a condição negra, inferiorizada e subjugada ao branco; mas também tem como solução a compreensão dessa mesma condição negra, desde que liberta de sua grade racista.

A primeira forma pela qual o colorismo afeta negros claros é criando essas barreiras ideológicas no interesse natural que todo ser humano tem por compreender suas origens. Crianças que crescem em meio a um ambiente escolar e familiar estruturado em princípios de inferiorização da cultura africana, de vilanização das vítimas da escravidão e de invisibilização dos heróis e heroínas da resistência contra a escravidão não poderiam se desenvolver valorizando sua negritude.[2] Na medida em que desconstruirmos os fundamentos falaciosos do racismo baseados no absoluto desconhecimento da grandiosidade das civilizações africanas e a partir dos incontáveis

image
not
available

naturalização, que a faz aderir em todos os aspectos da vida. Todos nós nascemos livres do racismo, mas a vida em sociedade requer que a integração desses fatores seja algo inescapável.

Fanon ensina que na psicanálise nada é mais "traumatizante para a criança do que o contato com o racional".[7] Todavia, quando esse trauma decorre do racismo, que é uma construção baseada sumariamente em uma falácia, no arquétipo falseado de alguém despido de humanidade e qualidades que passa a ser projetado sobre toda e qualquer pessoa a quem seja atribuída a raça negra — clara ou escura —, estamos sob o domínio do irracional, ou de uma racionalidade outra, típica da sociedade racista, recalcada, temerosa e frustrada. Se "para um homem que só tem como arma a razão, não há nada de mais neurotizante do que o contato com o irracional"[8], Fanon indica que tanto negros como brancos estão sujeitos ao flagelo do racismo que limita essas duas existências a arquétipos, ora inalcançáveis, ora limitadores.

Contudo, ao negro resta o papel extenuante de reafirmar sua humanidade, de proteger sua dignidade, de lutar pela liberdade de acertar e errar. Defender esses marcos civilizatórios é defender o domínio de uma racionalidade mínima em um debate cujas regras, como bem define Fanon, escapam à própria racionalidade.

De fato, ser branco em uma sociedade racista é submeter-se a uma neurose perigosa de megalomania racial que leva a confrontos contra tudo aquilo que remete à alteridade e que podem, além do recalque, levar a atos extremados de violência. Negros também se submetem a essas "pulsões de morte", mas de maneira às vezes significativamente diferente. Em muitos casos a raiva dirige-se a si próprio, odiando-se ou odiando tudo aquilo que se associa à negritude na acepção que ele foi imbuído a acreditar. A pulsão de morte, Thânatos, como bem ensina Anselm Jappe, tem dois lados na teoria freudiana: o mais conhecido, que é o da agressividade e da violência, que levam à destruição; e o da "busca de um estado sem tensões ou desejos, um

image
not
available

Ser branco no Brasil significa, assim, estar livre de qualquer parâmetro avaliativo do colorismo. Explica-se: ser branco é ser a norma, posto que estar imbuído da identidade negra significa estar constituído de um ou de vários elementos desviantes daquilo que é normal. O que passa abaixo do radar racial é, portanto, um conjunto de características que, de modo uníssono, não deixem dúvidas de que um determinado sujeito seja branco ou tenha suas origens dissociadas, ao menos fenotipicamente, do que se convencionou compreender como branco, ou como europeu. Ser branco é pertencer à regra, enquanto ser negro e se aproximar da africanidade constitui o elemento excepcional que faz parte do tecido social, apesar dos esforços para seu apagamento, sua melhora ou sua extinção. Pertencer, no Brasil, ao grupo racial de brancos dispensa, deste modo, justificar suas origens ou precisar aperfeiçoar alguma característica para aproximá-la do parâmetro europeu.

A negritude, definida como algo a ser extirpado em virtude da sua diferença em relação à branquitude, não é uma construção ideológica realizada de modo dialógico, tampouco com a participação dos sujeitos negros. O festejado antropólogo Kabengele Munanga aponta para essa construção complexa da identidade racial, na qual o negro claro se insere, valorizando outros aspectos além daqueles ligados ao gradiente da pele.

> De que identidade se trata? Dessa identidade mítico-religiosa conservada nos terreiros religiosos? Da identidade do grupo oprimido que vacila entre a consciência de classe e a de raça? Ou da identidade política de uma "raça" afastada de sua participação política na sociedade que ajudou a construir? Esta última, ainda em formação, que caracteriza a tomada de consciência da jovem elite negra politicamente mobilizada, me parece a mais problemática de todas. Nela se misturam os critérios ideológicos, culturais e raciais. Nesse caso, a situação do mestiço fica mais crítica ainda pela ambivalência racial e cultural da qual ele participa, e sua opção fica geralmente baseada em critérios ideológicos. Também nem

image
not
available

ser encontrada como indicativo do lugar de pertencimento conforme o nível de negritude de um indivíduo.

Na Índia, um processo semelhante de hierarquização por castas fundadas no credo hindu também se aproveita do indicador do tom da pele para delimitar vantagens e traçar limites de mobilidade socioeconômica. Como ocorre com os chamados intocáveis, também conhecidos como dalits, assim como aquilo experimentado pelos sudras em alguma medida, o marcador racial compõe a complexa rede de atributos para cada casta. A cor da pele é associada ao lugar de pertencimento do indivíduo, interferindo materialmente em todos os aspectos da vida em uma sociedade predominantemente hindu. Aliás, ultrapassar os limites raciais passa a ser punível e recriminável socialmente em muitos lugares do mundo. Um processo de estratificação e preferência é também observado no Japão, segundo Bonniol:

> Na medida em que o critério estético de maior clareza da pele seria para os homens um fator essencial na escolha da parceira reprodutiva, há uma competição entre os homens pelo acesso às mulheres mais claras (...) No contexto de uma sociedade estratificada, assistimos então a uniões preferenciais entre mulheres e homens de classes mais altas. Uma das melhores documentações que ilustram tal fenômeno vem do Japão, onde a camada superior da sociedade como um todo é mais clara do que as outras categorias; tornou-se assim como resultado de uma atração contínua de mulheres claras na pirâmide social, onde o dimorfismo sexual tende a diminuir com uma generalização de clareza seja qual for o sexo, mas que, nas camadas inferiores da sociedade, ao contrário, é mantida. Na Índia, pode-se aplicar o mesmo esquema de estratificação de cores, resultado das escolhas preferenciais do cônjuge em uma sociedade hierárquica. Ainda hoje, a mulher clara é valorizada ali: nos classificados de casamento, a fórmula de apelo mais clássica é, para as mulheres, a de pele clara. (...) Mas as regularidades que podem ser vistas nas representações cromáticas da pele não são apenas especulações naturalistas. Eles também podem derivar de certas recorrências

image
not
available

benefícios concedidos aos filhos de pais brancos, mas na específica condição colonial. Dessa maneira, aquilo que seria absolutamente inadmissível nas sociedades originais colonizadoras, cujo desenho familiar não poderia comportar o reconhecimento, ainda que lateral, da existência de filhos fora do casamento ou de uniões não regulamentadas com mulheres negras, tornou-se o meio pelo qual negros claros passaram a ser tolerados em espaços comumente a eles interditados.

> Este estrato "marrom" era frequentemente o problema natural de sistemas raciais onde o privilégio de posição e educação às vezes era concedido por pais (ou mães) brancos. Em outros casos, foi o resultado de políticas deliberadas. (...) Onde os brancos são principalmente governantes temporários, seus números são geralmente pequenos. De modo geral, aquilo que é compreendido como casa é a Europa ou a América, sendo que nesta eles raramente lançam suas raízes. Nas Américas há pouca esperança de se desenvolver uma população branca significativa. A principal necessidade do homem branco não é um lar, mas um povo satisfeito e apto à exploração para desenvolver os recursos do país. Esta classe dominante adota uma política de "cooperação"; e, não dando importância para a igualdade, eles distribuem favores ou benefícios à população mestiça com base em seus aparentes graus de brancura distribuídos entre a população negra, mas mestiça. Os graus de cor tendem a se tornar um determinante de status em um gradiente contínuo de classe social, com brancos em sua parte superior (...) sendo que quanto mais clara for a pele do negro mestiço, maiores serão as oportunidades econômicas e sociais. (ROBINSON, 1983, p. 179)

O filósofo Achille Mbembe enxerga essas relações coloniais como uma brecha utilizada violentamente por homens brancos para viver sua liberdade sexual às custas da liberdade de mulheres negras. Ele afirma que, de fato, na colônia, era possível "romper com a ideia de que recalcar as pulsões sexuais no inconsciente seria uma das condições para atingir satisfações substitutivas".[17] Bem ao contrário,

image
not
available

dimorfismo, é preciso considerar outros elementos socioeconômicos que atravessam a leitura do tom de pele em uma dada sociedade. Mulheres, que em muitas culturas também trabalham no campo, são preteridas por mulheres mais claras por força da associação da pele mais escura à exposição ao Sol decorrente do trabalho na lavoura. Um trabalho muitas vezes precário, que "marca" a pele do sujeito não só em termos de pigmentação, mas em função da classificação de classe social que dele decorre.

Entretanto, a suposta preferência pela pele mais clara, segundo Van den Berghe, faz referência a um quadro circunscrito à sociedade à qual pertencem esses indivíduos. Portanto, exclui-se nessa análise a presença de brancos exógenos:

> A preferência transcultural e avassaladora pela pele mais clara, com assimetria sexual caracterizada, sendo esta uma preferência exercida por homens avaliando mulheres, e nunca o contrário, dentro dos limites do espectro local da variação cromática. (VAN DEN BERGHE, 1986, p. 87-113)

A suposta preferência não derroga as mulheres de pele clara da sua condição de negras, mas põe no centro do debate uma preferência existente nas culturas africanas com um sentido bastante distinto daquele dado pelo colonizador. A integração da mulher branca na equação muda completamente o quadro comparativo no qual esses valores estéticos — que são complexos, múltiplos e muitas vezes contraditórios — atuam na valorização ou desvalorização econômica, imagética e política de mulheres de pele escura. Entretanto, o processo de desumanização do negro parece ser o nervo mais estimulado em um processo que se orienta na criação de uma oposição bem marcada, estruturada na construção daquilo que chamaremos de branco.

A necessidade de criação da condição branca fez-se na Europa,

image
not
available

O COLORISMO INTERNO
ASPECTOS DA INTROJEÇÃO

image
not
available

permanecem ignorados. Cada aspecto momentaneamente inteligível esconde uma multiplicidade de outros sob a penumbra. Uma sala, pode-se dizer, organizada e preconcebida para esconder e mantê-los fora do campo de visão. O que não é enxergado não existe, e o que não existe não incomoda, não causa angústia, não interpela e, portanto, permanece imutável. Pende para o esquecimento. É preciso lembrar que, em sociedade, nada se faz ou se compreende de modo unidimensional, tampouco dualista.

2.1 O COLORISMO E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES POSSÍVEIS

A obra de Alice Walker de 1983, *In Search of Our Mothers' Gardens* [*Em buscas dos jardins de nossas mães*, em tradução livre], inaugura no Ocidente a abertura de um conceito que sustenta a análise do fenômeno consistente no tratamento diferenciado oferecido às mulheres negras de pele clara ou escura. Ao contar a história de como essas mulheres negras, porém diversas entre si, interagem em um mundo organizado para escrutinar seus corpos e comportamentos, ela define o colorismo como um tratamento que pode ser prejudicial ou benéfico "para pessoas da mesma raça com base apenas na cor de sua pele ".[28]

Ela estabelece o colorismo como um bloqueio das vias de libertação do povo negro, que como o "colonialismo, o sexismo e o racismo"[29], impede que um reconhecimento mútuo horizontalizado da diversidade atue como catalizador das reparações históricas necessárias e, evidente, da transformação da sociedade que fundou essas diferenças. Romper esses diques internos torna-se, assim, uma urgência, que passa pela responsabilização de negros e negras claros de cessar ou refutar todo e qualquer papel de agente reprodutor da lógica colorista. Entretanto, é preciso, antes de mais nada, entender como o conceito de raça se estabelece para que possamos definir com mais precisão qual é a natureza do colorismo, em termos políticos e econômicos, assim como identificar a extensão dos seus efeitos nos

image
not
available

externamente pela secularização da hierarquização social sob a qual ambos os grupos padecem. Contudo, impedir os ciclos de subalternização de negras de origem mestiça e de exclusão absoluta de negras escuras depende da compreensão desse fenômeno. Dentro das comunidades negras há um código não escrito, um interdito que só começou a ser quebrado massivamente há poucas décadas. Com exceção dos movimentos sociais organizados e da militância política estruturada, como é o caso do Movimento Negro Unificado (MNU) e de tantos outros grupos antirracistas que orgulhosamente se colocam no espaço público para exercer seu papel de representação da comunidade, negros e negras aparecem cada vez mais presentes nas redes de poder sem necessariamente aparecerem em bloco, sem invisibilizar sua existência como grupo.

Como aponta bell hooks, essas "castas internas" constituíram modos eficientes de controle da comunidade negra e, hoje, mais do que nunca, precisam ser compreendidas para, posteriormente, serem superadas.

Mesmo em face da instituição mais cruel do racismo — a escravidão —, inicialmente, em todas as frentes, os negros escravizados se recusaram a abraçar as noções brancas de inferioridade, mas isso mudou quando o racista branco distribuiu privilégios e recompensas com base na cor da pele. À medida que isso acontecia, não se dividia apenas os negros entre si, criava-se um nível de desconfiança e suspeita que não existia quando todos os negros eram semelhantes na cor da pele, lançando também a base para a assimilação. As práticas da supremacia branca de procriação por meio do estupro de mulheres negras por seus proprietários brancos produziram descendentes mestiços, cujas cor de pele e características faciais eram, de modo frequente, radicalmente diferentes da norma negra. Isso levou à formação de uma estética de castas de cor. Enquanto o racista branco nunca tinha considerado os negros bonitos, eles criaram uma estética mais valorizada para negros mestiços.

image not available

imaterial acumulado, os sotaques e o modo como nos apresentamos racialmente no mundo.

Essas narrativas, frequentes nas comunidades negras, não invalidam as amizades e os laços de verdadeira irmandade entre negros e negras, algo que não só é possível como também é primordial na construção das resistências aliadas contra o racismo. Tais narrativas tão somente indicam que a solidariedade[38] dentro da comunidade negra depende de uma visão política habilitadora de uma relação de maior irmandade entre negros de pele clara e negros de pele escura, sem a qual o colorismo e o sexismo se perpetuarão sobre os corpos dos que virão depois de nós.

De fato, ninguém que seja considerado branco ou branca pode investir-se da condição negra sem que isso seja visualmente identificado com certa rapidez. E muito dificilmente um negro claro consegue trânsito completo nas esferas de poder nas quais a presença negra é praticamente inexistente. Ademais, a realização de políticas públicas em consonância com as pautas importantes da comunidade negra, como moradia digna, emprego, saúde e educação pública de qualidade, não consta como prioridade de quem nasce branco e herdeiro de patrimônio e de reserva no espaço público para dar voz às suas reivindicações de classe. Por isso, as políticas de cotas de inserção em carreiras públicas, ou nas universidades, continuam se mostrando eficientes, apesar de casos pontuais de fraude. Os procedimentos previstos para identificação de fraudadores, ou seja, brancos tentando se passar por negros, têm se mostrado suficientes para inibir o desvirtuamento dessas ações afirmativas.

Essas medidas de inserção racial nos espaços quase impermeáveis aos negros no Brasil são importantes, muito embora continuem sendo paliativos diante do quadro geral de racismo estrutural do país. A hierarquização das cores faz parte do *modus operandi* do capital, da criação necessária de bolsões de trabalhadores reificados, dispensáveis e ultravulnerabilizados, cuja justificativa encontrou amparo na ciência

image
not
available

empreitadas coloniais europeias, o arrimo metafísico das regras de quem pode ou não pode ser escravizado nesse caso é o islamismo.

Antes da chegada do europeu, portanto, o mundo islâmico encontrava na cosmologia africana um elemento de desconsideração da humanidade negra, dada sua natureza diversa e sua origem tribal profundamente aliada aos conhecimentos seculares das tribos e povos africanos. Considerados pagãos e bárbaros por sua natureza não convertida, haja vista seu não reconhecimento de Maomé como chefe religioso, o suporte ideológico da escravidão encontrou, assim, um vasto terreno de florescimento. Tal fator, aliado à superioridade bélica dos muçulmanos, fez de inúmeros povos africanos alvo preferencial para o sequestramento e cativeiro daqueles povos, o que pode ter escravizado entre oito e dezessete milhões de africanos.

Ainda nesse inventário das principais diferenças entre o tráfico transatlântico de escravos e o tráfico transaariano — em que pese terem ambas empreitadas visado homens e mulheres negros como objetos da exploração total de seus corpos —, há que se sublinhar uma distinção de gênero importante entre esses dois processos. As finalidades do aprisionamento e da exploração total dos corpos negros empreendidas pelo tráfico interno na África não se confundem com aquelas que visavam às *plantations* nas Américas. O tráfico transaariano de escravos tinha em vista mais os corpos femininos que os masculinos, e deixava alguma autonomia a essas escravas e escravos, muito embora formas mais duras e próximas das condições extenuantes de trabalho nas Américas também tenham se desenvolvido em algumas regiões.[46]

Entretanto, destaca-se a presença majoritária de mulheres negras nos processos de captura e venda, geralmente associados ao fator reprodutivo do sexo feminino. Antes da invasão europeia,[47] havia duas maneiras pelas quais as mulheres negras eram exploradas depois do seu sequestramento e cativeiro: nas sociedades pautadas pela linhagem as escravas realizavam trabalhos agrícolas e domésticos; já

UMA PERSPECTIVA ESTRUTURAL DO COLORISMO

à 'etnização' da força de trabalho no interior das fronteiras de um mesmo Estado dado."[56]

Cada pessoa racializada que reivindica valores, a princípio mundanos e completamente razoáveis, deve enfrentar, no modelo atual, a resistência daqueles que substituem o termo "racial" pelo qualitativo "humano" na tentativa de evacuar o assinalamento de uma injustiça fundada na ideia de racialização desses mesmos grupos. Ainda que negros sejam indubitavelmente humanos, seja no aspecto biológico, seja na dimensão política, tentar resolver a desigualdade por meio da ingênua transmutação linguística de um termo não atinge seu aspecto material, cujas transecções radiculares envolvem todos os aspectos da vida em sociedade. O processo histórico de desumanização de negros, aliás, funda-se no uso da violência contra negras e negros como mote para desassociá-los daquilo que denota sua humanidade: a liberdade, a linguagem, a cultura e a sua história.

A falácia dessa antagonização entre negro e humano é, justamente, a razão de ser da necessidade de afirmação da negritude. O negro definido pelo olhar branco, um olhar distorcido que não tem consciência de que essa torpeza resulta da herança da dominação colonial, que lançou raízes que permanecem até o presente, sucumbe à ontologia forçada lançada por outrem. Por isso, é afirmando-se no que a constitui como negra que a mulher recupera sua apreciação como existência humana. Recuperar a humanidade roubada, portanto, só pode decorrer do reconhecimento de que sua constituição individual e coletiva precisava ser esvaziada. Primeiro, um esvaziamento do olhar colonizador como significante único, para dar lugar, posteriormente, a outras construções que sejam dignas da individualidade e da cultura negra, negando as hierarquizações fundadas nos preceitos racistas entre o branco e o negro, o bom e o mau, o civilizado e o selvagem, o belo e feio.

Assim, o apagamento pressupõe essa violência original, que é negar o direito de existir ao outro que se apresenta em formas

ambivalentes, mas não menos violentos.[59] Por mais que a ela atribua-se um espectro mais alargado de existência, que vai da prostituição ao trabalho precarizado, passando pelo da artista ao da parceira não assumida publicamente, é ela quem sofre a hiperssexualização de seu corpo e de seus gestos. Gonzalez explica com sua habitual maestria:

> Como todo mito, o da democracia racial oculta algo para além daquilo que mostra. Numa primeira aproximação, constatamos que exerce sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra. Pois o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica. É por aí que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas. (GONZALEZ, 1984, p. 228)

Além disso, no que tange aos homens, a hipérbole sobre sua sexualidade atinge também um nível de violência extremo. Do mesmo modo que o controle da sexualidade da mulher negra vem pelo estupro, o recalque branco diante do homem negro sobrevém pela castração, haja vista que esse é um dos castigos mais comuns dado a quem insistia em ser "insolente". Fanon, aliás, enfatiza o aspecto sexual das representações de brancos sobre negros ao comparar o antissemitismo e o racismo contra o negro. Se em relação ao judeu o preconceito se concentra no "dinheiro e nos seus derivados",[60] o sexo e o genital são empregados pelo racismo como elementos de animalização do negro, reduzido ao aspecto sexual, ao campo dos instintos e do biológico: "(...) com o preto, inicia-se o ciclo do *biológico* nas fobias do europeu."

O uso do sexo como arma contra negros constitui, infalivelmente, uma faca de dois gumes, pois aterrorizou mulheres negras reduzidas à escravidão, assim como barbarizou o corpo de homens negros com as

image
not
available

negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele. Isso aí tem mais a ver com as explicações do saber constituído do que com o conhecimento." [63]

O exemplo da tríade de Gonzalez, portanto, é um exemplo forte do quanto o colorismo calibra a estereotipização da mulher negra em arquétipos nem sempre bem definidos. Ainda que em todos eles o racismo e o capitalismo ajam, cada um de sua maneira, justificando a sub-remuneração ou a superexploração, há uma necessidade posterior de validar-se as distinções entre trabalho manual e trabalho intelectual por meio de uma atribuição de valores ainda mais sofisticada que a simples oposição entre branco e negro.

Em termos quantitativos, o racismo no mercado de trabalho brasileiro tem um impacto anual de setecentos e setenta bilhões na economia.[64] A diferença salarial média entre homens brancos e homens negros é evidente quando se constata que o salário médio de um homem branco é de R$ 3.579, enquanto o de homens negros é R$1.970. Os homens não negros com ensino superior têm um salário médio de R$ 7.033, enquanto homens negros com ensino superior recebem, em média, R$ 4.834. As mulheres não negras com ensino superior recebem, em média, R$ 4.760, ao passo que as mulheres negras com o mesmo nível de escolaridade têm média salarial de R$ 3.212. A ocupação de cargos no Poder Executivo, por sua vez, indica a fraca permeabilidade dessa instância aos não brancos pardos, portanto claros, sendo ainda mais difícil para pretos de pele mais escura.

> Segundo o IBGE, no primeiro trimestre de 2019, 63,9% dos desocupados no Brasil eram pretos ou pardos. Os brancos representavam 35,2% dessa distribuição, enquanto as pessoas de cor preta respondiam por 12,7%. As taxas de desocupação observadas entre as pessoas de cor preta ou parda vêm apresentando as estimativas mais elevadas ao longo de todo o período de coleta da PNAD contínua. A taxa de desocupação das mulheres foi 36,7% maior que a dos homens; porém, essa diferença já foi